



III Congresso Internacional de Educação Ambiental dos Países e Comunidades de Língua Portuguesa

Conclusões

3º Congresso Lusófono de Educação Ambiental

As conclusões do 3º Congresso Lusófono de Educação Ambiental, assim como memorandos, cartas ou manifestos serão disponibilizadas nesta secção.

A Comissão Organizadora do 3º Congresso Lusófono de Educação Ambiental abre um período, até ao dia 30 de setembro, para contributos ao documento “Propostas - Linhas de Reflexão e Ação”.

Todas as propostas podem ser debatidas na Lista da Rede Lusófona ou enviadas por mail para o secretariado do congresso.

Propostas

Linhas de Reflexão e Ação

Reflexão prévia sobre a natureza do texto que se propõe:

Dada a escala, riqueza e complexidade académica, social e cultural dos produtos que chegaram à comissão relatora, dando conta das visões, recomendações, propostas, desafios e reflexões, fruto dos painéis, da apresentação de comunicações, das conferências plenárias, das mesas

redondas, dos eventos paralelos e outras atividades do congresso, estamos conscientes, pela nossa própria natureza humana que a proposta que aqui apresentamos é mais um conjunto de intuições que de conclusões.

Intuições que é preciso triangular e comparar com outras e outros. Não são conclusões porque não estão pensadas para fechar nada, senão para abrir tudo, fundamentalmente para a abertura de novos trilhos de reflexão e ação na construção permanente do campo da EA no espaço da lusofonia e na sua prossecução a outros espaços culturais e linguísticos. Em todo o caso, pedimos à organização do Congresso que disponibilize na web as fichas que dão conta das atividades realizadas.

1. Diante do apelo geracional “Se não é agora, quando?” feito na sessão de abertura, a EA precisa conciliar a necessária visão utópica do futuro desejado com uma praxis educativa e cultural comprometida com a problematização e mudança efetiva das realidades que nos ameaçam e inquietam, no caminho permanente de nos aproximarmos da utopia social e ambiental.

2. A EA tem que contribuir para recuperar o sentido moral e político da crise socio-ambiental com vista a tomar consciência das nossas responsabilidades individuais e coletivas em relação à administração justa e sustentável do bem comum e dos bens comuns.
3. A EA precisa articular as tensões e os problemas derivados dos distintos polos dialéticos que definem a leitura moral e política da crise socio-ambiental nas sociedades contemporâneas: ética global/éticas da diversidade, micro/ macro, curto prazo/longo prazo, liberdade/bem comum, ecocentrismo/ antropocentrismo, homogeneidade/diversidade cultural, etc.
4. A EA nas comunidades lusófonas tem que incorporar nos seus discursos e práticas a questão da democracia como elemento básico na construção de sociedades sustentáveis e para a responsabilidade local e global. A terra da EA deve ser rica em substâncias democráticas que nutrem a sua dimensão política e cívica, indispensáveis para responder à sua responsabilidade como praxis reflexiva para a uma transformação social participada.
5. A comunidade lusófona de educadores e educadoras ambientais precisa reforçar os elementos e processos de identificação interna e de prossecução externa. Entre os elementos e processos

de identificação interna é necessário consolidar espaços teóricos e práticos a partir da construção duma literatura específica do campo lusófono que sirva de referência a todos e todas. Nesta linha é preciso impulsionar revistas, espaços virtuais e outras publicações de carácter científico e divulgativo em que se partilhem as reflexões e as práticas de EA que se desenvolvem no espaço lusófono. A revista “Ambientalmente Sustentable” é o instrumento agora possível, porém constitui uma ferramenta pouco utilizada que é preciso potenciar.

6. É preciso intensificar as conexões do campo da EA com os “novíssimos” movimentos sociais ativos na denúncia das falências estruturais, sociais e ambientais, do atual modelo de desenvolvimento e na busca de alternativas. Pode ser interessante, nesta linha, facilitar a sua presença ativa em próximas convocatórias deste Congresso, como uma via para partilhar com esses movimentos as possibilidades e os limites da EA como prática política transformadora.
7. Deve-se estimular ciclos de diálogos que propiciem a enunciação das inquietações dos participantes. O “Tratado de EA para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global” deve ser uma referência fundamental nesta tarefa. Neste caminho tem de se arti-

cular encontros que potencializem o agir/refletir, o dialogar/planejar coletivamente, sensibilizando e comprometendo cada pessoa com o Bem Comum. Análises de conjuntura e diálogos sobre utopias que propiciem a compreensão e posicionamento crítico, reflexivo e praxiológico, diante de enunciados como “ecossocialismo ou barbárie”, “utopia ecológica, democrática e radical” e “bem viver”.

8. A EA realizada em cada um dos países e comunidades de língua portuguesa deve e pode ser incrementada em todas as suas especificidades, intensificando a busca de marcos teóricos, conceptuais e práticos compartilhados que permitam o diálogo transcultural entre as distintas vertentes conservacionistas, socio-ambientalistas e ecotécnicas, para fazer uma leitura desde a perspectiva educativa.
9. É preciso iniciar a elaboração duma agenda partilhada de investigação lusófona que permita compartilhar metodologias, marcos teóricos, conhecimentos e processos de construção interdisciplinar e transcultural do conhecimento entre os investigadores e investigadoras da EA. Esta agenda deveria incentivar projetos de investigação e de ação partilhados entre educadores e educadoras das distintas comunidades lusófonas. Neste sentido, as seguintes edições do congresso deveriam dar prioridade à apresentação de pesquisas e programas educativos que impliquem educadores e educadoras ambientais de mais do que um país ou povo da lusofonia.
10. A Carta da Terra, entendida mais como um movimento que como um documento, oferece um marco de princípios e linhas de ação coerentes com uma ética do cuidado baseada no reconhecimento de pertença a uma única comunidade de vida, da integridade ecológica, da justiça social e económica e da democracia, como pilares para uma nova forma de entender e organizar as relações entre as sociedades humanas e a biosfera, assim como entre as sociedades humanas entre si.
11. É preciso construir e consolidar políticas públicas de EA, com recursos suficientes para garantir o seu efetivo desenvolvimento a médio e longo prazo. Por recursos entendemos o conjunto de variáveis (financiamento, peritos, estruturas institucionais, marcos normativos, equipamentos, programas, investigadores e fundos para a investigação, tecnologias, etc.) imprescindíveis para passar dos princípios à ação efetiva que permita interatuar com grupos crescentes de população.
12. É preciso dar maior relevância na agenda da EA, aos grandes desafios globais e locais que a humanidade

terá de abordar neste século, na salvaguarda do bem comum e dos bens comuns, nomeadamente as ameaças decorrentes das alterações climáticas, a acelerada perda de biodiversidade, a gestão da água e as crescentes disfunções do modelo de produção, distribuição e consumo no seu impacto sobre a humanidade e o conjunto da vida no planeta.

13. É necessário inserir as questões de Educação para a Prevenção, Gestão e Redução de Riscos de Desastres nos projetos de EA, nomeadamente, ligados a atividades de diagnóstico e ação.
14. No campo de ação da EA torna-se necessário a abordagem da governança adaptativa como conformação das respostas aos desafios globais e locais, nomeadamente na construção de resiliência das comunidades, através da rutura das fronteiras do conhecimento, no reconhecimento de que a complexidade socio-ambiental só é possível de ser abarcada através de uma ação transdisciplinar que vem sendo consolidada no âmbito da EA.
15. Para responder à necessidade de projeção externa é preciso estreitar contactos com outras comunidades de reflexão e prática no espaço transcultural da EA. Neste sentido pode ser interessante convidar para os encontros lusófonos educadores e educadoras ambientais de outras comunidades linguísticas.
16. O reconhecimento das complementaridades e diversidades, no conjunto dos países e povos de língua portuguesa, com suas diferentes cosmovisões e variados modelos de regular a vida, deve referenciar a inter-relação política na área da educação ambiental que deve ser potencializada pela cooperação horizontal entre nossas redes, instituições e países.
17. Os participantes do Congresso Lusófono de EA comprometem-se a promover, junto dos países e comunidades de língua portuguesa, reflexões sobre as inquietações das suas populações com relação ao momento atual e ao papel da EA na provocação de diálogos sobre políticas públicas comprometidas com a construção de sociedades sustentáveis. Com uma aposta clara em abordagens de investigação e formação participativas que envolvam as pessoas tratando da realidade de seus territórios, na sua estruturação e desenvolvimento.
18. O tempo também é um bem comum. O tempo é um recurso não renovável na perspectiva das pessoas. O tempo público é um bem escasso compartilhado. É preciso refletir sobre como o utilizamos, principalmente quando o tempo é compartilhado com os outros.

Não pode existir diálogo e horizontalidade nas relações pessoais e sociais quando um ou uma se apropria do tempo dos demais. A apropriação do tempo dos demais ignora a alteridade. Os horários podem ser uma forma de imposição, porém são também uma forma de regular e permitir a interação e o diálogo, de permitir que todas as vozes da lusofonia possam ser pronunciadas e escutadas. A necessária flexibilidade na regulação dos tempos do congresso deve considerar a ecologia do tempo.

Depois de proceder à leitura destas propostas para reflexão, no plenário de encerramento do Congresso, alguns participantes no mesmo, expressaram publicamente as suas sugestões:

Criar uma equipa de dinamização para potenciar e melhorar o nível de participação, interação e envolvimento dos participantes nas atividades a desenvolver nas próximas edições do Congresso. Neste sentido formula-se como sugestão, a organização dialógica dos painéis e em geral das atividades plenárias.

Dar maior peso no desenho da programação do Congresso às perspetivas de género, de forma a explorar os pontos de vista ecofeminista e os seus contributos para a análise da crise socio-ambiental, bem como na busca de alternativas para a superar.

Incrementar a presença e a voz, no Congresso, dos grupos e associações vinculados ao movimento ecologista dos países e comunidades da lusofonia.

Promover parcerias em que participem pessoas, instituições governamentais, associações, ONG, centros e equipamentos educativos, universidades, grupos de investigação e programas de Educação Ambiental de vários países ou comunidades de língua portuguesa, dando prioridade à apresentação dos seus projetos e resultados nas próximas edições do Congresso.

Planificar o processo de preparação do IV Congresso que permita estabelecer um caminho que facilite a sua preparação e organização participada, desenhando um programa de atividades de seguimento e preparatorias, no âmbito da Rede Lusófona de Educação Ambiental. Faz sentido pensar na criação de um secretariado permanente ou uma estrutura similar que coordene o processo de transição entre congressos.

Fomentar dentro do programa do IV Congresso espaços para a reflexão profunda sobre o papel da Educação Ambiental na Lusofonia e organizar um horário menos intensivo e avassalador.

Comissão de Redação

Dulce Maria Pereira

Filomena Cardoso Martins

Pablo Ángel Meira Cartea